

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA DA 30ª REUNIÃO**

Datas: 26 (10:00h às 18:00h) e 27 (9:00h às 16:00h) de janeiro de 2005.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente - MMA: Rodrigo Speziali de Carvalho (rspeziali@aol.com)
- Ministério da Agricultura- MAPA : Eduardo A Cadavid (educa@ sede.embrapa.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Pedro Carlos Pociotti (pedro@ana.gov.br)
- Ministério das Cidades: Maria Carmem Germano Braga (mcarmengb@globo.br)
- Ministério da Integração: Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)
- Ministério das Minas e Energia: Gualter de Carvalho Mendes (gualtermendes@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Alberto Simon Schvartzman (alberto@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR /MT : Enéas Souza Machado (enéas@pr.gov.br)
- Usuário/Irrigantes: Tibério Leonardo Guitton (tibério.guitton@cna.org.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Decio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Industria: Patrícia H. G. Bóson- (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário- Elizabeth Costa de Oliveira- (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Comitês - Eduardo L. Paschoalotti - (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Eduardo L. Paschoalotti (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa - Fernán Vergara (vergara@unb.br)

CONVIDADOS:

- Alfredo Eduardo Anastácio de Paula (SRH/MMA) – alfredo.paula@mma.gov.br
- Ninom Machado – ONGs- (ipanemasede@yahoo.com.br)
- Patrick Thomas- ANA – (Patrick@ana.gov.br)
- Célia C. Moura Pimenta – ANA – (celiacristina@ana.gov.br)
- Emanuel Teixeira Queirós- DNPM/MME- (emanuel@dnpm.gov.br)
- Nilton Ribeiro da Cunha – CODEVASF- (nilton.ribeiro@codevasf.gov.br)
- Beatriz Rodrigues de Barcelos – Elabore Consultoria- (beatriz@elabore.com.br)
- Luiz Fernando de Arruda Gonçalves- COPEL- (luiz.goncalves@copel.com)
- Fabiana Toledo – FURNAS- (fatoledo@furnas.com.br)
- Liliane Cristina Flores – SRH- (liliane.flores@mma.gov.br)
- José Roberto Rodrigues – CODEVASF

- 51 ▪ Gerson Ricardo Narcizo- MP (gerson.narcizo@planejamento.gov.br)
- 52 ▪ Wellington Luiz da Rocha- SRH- (wellington-luiz.rocha@mma.gov.br)
- 53 ▪ Wagner Martins da Cunha Vilella- SRH- (wagner.vilella@mma.gov.br)
- 54 ▪ Alexandre Jorge Tavares de Souza- MME/SEE- (alexandre.jorge@mme.gov.br)
- 55 ▪ Roberto Alves Monteiro- SRH- (roalmonte@ig.com.br)

56

57 **RELATORIA:**

- 58 ▪ Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809
- 59 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

60

61 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

62

63 Aos 26 dias de janeiro do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas , a Câmara Técnica de
64 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
65 – CNRH realizou sua 30ª reunião, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio
66 Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho. Seguem os informes
67 e as deliberações da Ordem do Dia. *Item 1 – Abertura e Informes-* Foi lido pelo relator o ofício
68 n.º 03/2005/CTPNRH/MMA no qual a CTPNRH convida a CTCOB para a formação de
69 “Comissão Mista de Articulação da Oficina Nacional Mecanismos de Financiamento do PNRH e
70 do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Essa comissão
71 deverá também produzir sugestões e contribuições para o Estudo de Diretrizes para Cobrança
72 Pelo Uso dos Recursos Hídricos”. Foi sugerido um contato entre os dois presidentes para
73 aprofundar a questão, mesmo assim o Sr. Décio consultou os membros da CT para verificação de
74 interesse. Os seguintes membros da CTCOB se dispuseram a compor a referida Comissão: Srs:
75 Pedro Pociotti, Cadavid, Enéas, Rodrigo Speziali, Décio e Gerson Narcizo. O número de
76 participantes da CTCOB está condicionado ao tamanho da Comissão e à época das reuniões.
77 Ainda como informe o Sr. Pedro Pociotti, comunicou que foram recebidos em 2004 R\$6,33 Mi
78 de reais na Bacia do Rio Paraíba do Sul, estão sendo depositados em juízo mais R\$ 2 Mi, foi
79 registrado 30% de inadimplência. Informou ainda o representante da ANA que foi constatada a
80 menor inadimplência no Setor Indústria, a ANA disponibilizou no seu Site a relação de todos os
81 usuários da bacia. Sobre o GT Interministerial, o Sr. Rodrigo Speziali informou que pela portaria
82 n.º 324 de 22/12/2004 do MMA, foram designados os técnicos dos diversos Ministérios para
83 compô-lo, representarão a SRH o Sr. Rodrigo e Sr. Weber de Avelar. A ANA será representada
84 pelo Sr. Viana e Sra. Anna Flávia, participam ainda do GT a Secretaria Executiva do MMA,
85 Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Casa Civil. Entende o Sr. Rodrigo que o
86 GT além de tratar da Cobrança Condominial fonte 116, visando estabelecer marco que gere
87 segurança e credibilidade para a cobrança, deverão ser abordados aspectos relacionados à fonte
88 134 que abriga os recursos oriundos do 0,75% do Setor Elétrico. *Item 2 – Aprovação da Ata: 29ª*
89 *reunião da CTCOB.* Após considerações e correções, a ata foi aprovada. *Item 3 Apresentação*
90 *Sr. Décio Michellis Junior-* Antecipando a reunião do GTAAC o Sr. Décio Michellis. Jr, fez
91 palestra abordando aspectos sobre “ORÇAMENTO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DA
92 COBRANÇA” disponível para “Download” no site do CNRH/GAAC. Durante a apresentação,
93 foram dados esclarecimentos sobre o processo de Planejamento PPA, evidenciou algumas
94 discrepâncias entre o PPA a Lei Orçamentária Anual- LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias –
95 LDO. Mostrou a importância de se conhecer a cronologia do PPA e da elaboração e aprovação
96 do Orçamento da União. Ao final de sua apresentação, sugeriu que seja solicitado através da
97 Secretaria Executiva do CNRH o relatório bimensal que deverá ser feito pelos gerentes de
98 programa do PPA, relacionados aos programas executados pela ANA e SRH. Alguns destes
99 programas foram priorizados pelo CNRH quando da deliberação da resolução n.º 41. Iniciados
100 os debates , o Sr. Gerson Narcizo do MP informou que existem instrumentos e momentos de

revisão e avaliação do PPA. Existem para correção dos rumos, conforme Decreto 5.233 que regulamenta a Lei 10.933 do PPA. Deverá haver avaliação de resultados para discussão e possíveis equalizações, disse ser esta a nova forma de atuar, é o novo modelo de gestão que tem muito a acrescentar na concepção do PPA. Informou que no sistema “Sig-plan” é possível acompanhar todo este processo de avaliação. Sobre o tema planejamento, iniciou-se uma discussão antecipada sobre o item 6 da pauta - Atividade CTCOB 2005. O Sr. Patrick sugeriu que durante o mês de novembro a CTCOB agendasse sua reunião mensal em João Pessoa_PB simultaneamente com evento nacional relacionado com os Recursos Hídricos. Explicou que esta seria uma forma de se divulgar melhor o que vem sendo feito para a gestão dos Recursos Hídricos, em especial, do Instrumento Cobrança. Em seguida, diversos membros e convidados deram seu apoio explícito àquela sugestão. Especificamente sobre a gestão dos Recursos Hídricos no Paraíba do Sul, foi informado por ele que embora os recursos recebidos estejam retornando à bacia, as dificuldades para a sua aplicação nos locais determinados como prioritários pelo CEIVAP estão sendo inúmeras. Como outros membros da CTCOB, o Sr. Patrick é também partidário da desvinculação dos recursos da Cobrança do Orçamento da União. Disse que tem a expectativa que o GT Interministerial possa vir estudar este aspecto ou quem sabe, até a própria CTCOB. Sugere que o rumo está na reforma tributária em andamento. O Sr. Rodrigo Speziali demonstrou seu contentamento com o nível e forma das discussões que estavam ocorrendo na CT, ponderou que era a verdadeira prática da democracia plena. Sugeriu incorporação na palestra proferida de outros avanços obtidos no PPA 2004/07. Comentou rapidamente sobre as pressões sociais e políticas não só para os Recursos Hídricos na composição do Orçamento da União, que é uma peça política, e conseqüentemente de disputa política. Demonstrou preocupação em estender a visão de outros setores sobre a política de Recursos Hídricos, aspecto contido na primeira versão do programa da oficina de convergência. A tarde do dia 26 foi dedicada à realização da V reunião do GTAAC que tem relatório específico. Os encaminhamentos decididos foram: O Sr. Pedro Poccioni ficou encarregado pela ANA para tabular as respostas dos ofícios CNRH 112 e 113 preparados pelo GT. Na Próxima reunião do GT dia 16 /02/05 a ser realizada na ANA, será feito relato específico sobre o tema. Nos mesmos dias será agendada uma visita ao novo presidente da ANA e ao Secretário de Recursos Hídricos para ser apresentado aos dois dirigentes o “Manual e Apoio aos Parlamentares sobre os programas do MMA na Gestão dos Recursos Hídricos” em elaboração pelo GTAAC, com o objetivo de avaliar o interesse e viabilidade de sua conclusão e impressão.

Item 4 da pauta- As diretrizes da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos no PNRH- Foi decidido que os documentos disponíveis sobre Diretrizes da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos para o PNRH, preparados pelos Srs. Décio e Rodrigo Speziali, além da proposta de Resolução sobre Critérios Gerais para a Cobrança preparada pela CTCOB é que serão encaminhados à SRH como contribuições da CTCOB a esta etapa de elaboração do PNRH. O Sr. Décio ponderou que há um risco decorrente desta proposta de encaminhamento pelo fato dos documentos apresentarem aspectos conflitantes. O Sr. Alberto Simon opinou que os documentos serão para consulta, portanto o encaminhamento proposto deve ser adotado. Complementando o que já havia sido dito, o Sr. Enéas argumentou que deveria ficar registrado quando do encaminhamento, que os documentos são pessoais e não refletem a opinião da CTCOB. *Item 5- Relato sobre o andamento das atividades dos GTs- 5 –* Por solicitação do Coordenador do GT Marco Zero, foi feita inversão de pauta para discussão dos item 5 b e 5 c da pauta. Inicialmente, o coordenador fez uma apresentação cronológica do que ocorreu com os trabalhos do GT. Comentou sobre sua apresentação na plenária do CNRH em 2002, quando da aprovação da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba do Sul. Naquela oportunidade, foi deliberado que o assunto fosse discutido nas CTs do CNRH, foi sugerida também uma visita do Conselheiro à COPPE – RJ. Disse ainda o coordenador do GT que o relatório proposto, cujos termos de referência foram elaborados, poderia ser feito antes da

151 elaboração do Plano de Bacia e seria um excelente documento para nortear o início dos
152 trabalhos de gestão nas bacias pelos respectivos Comitês. Ressaltou o Sr Demetrios que o
153 importante é que a sociedade precisa saber, ser informada que após início da cobrança pelo uso
154 dos Recursos Hídricos na bacia, mudanças podem ocorrer, para melhor, em termos de
155 qualidade de água. Estas afirmativas seriam sustentadas por indicadores de referência
156 previamente estabelecidos. A apresentação do Coordenador do GT foi feita com o uso de slide
157 com um fluxograma que evidenciava a importância de estudos e dos outros instrumentos de
158 gestão como pré condição à Cobrança.(anexo 1). Iniciados os debates a Sra. Patrícia disse que
159 pensava diferente, “são olhares diferentes para o atingimento de um mesmo objetivo”. Explicou
160 que existe uma série de instrumentos que interagem, mas qual deve ser criado primeiro e quem
161 deve custear a sua implementação são as grandes dúvidas. Lembrou que na proposta de
162 resolução para a cobrança preparada pela CTCOB já existiam pré condições à implantação da
163 cobrança. Lembrou que o processo de implantação da Cobrança no CEIVAP prevê também
164 redução até dos valores a serem cobrados na medida em que haja redução dos lançamentos que
165 afetam a qualidade das águas. De qualquer forma, ponderou a Sra Patrícia, ser indispensável a
166 existência de indicadores que permitam a aferição de alguns índices quando do processo de
167 monitoramento do atingimento dos objetivos da cobrança, previsto em Lei. O Sr. Patrick
168 percebeu ao longo da apresentação do Coordenador do GT que existem dois objetivos sendo
169 propostos para serem atingidos: o primeiro seria uma espécie de “mini-plano” e o outro, seriam
170 as pré condições à cobrança. Em seguida, fez breve explanação sobre como foram os
171 procedimentos que antecederam a implantação da Cobrança no CEIVAP. Recomendou que se
172 houver a intenção de transformar o “Marco Zero”em um pré plano, haverá necessidade de
173 consulta a CTPNRH, e se for o caso, até a Superintendência de Planejamento da ANA.
174 Informou que a ANA fornecerá estudos à AGEVAP e outros Comitês que irão possibilitar
175 avaliar a Cobrança. No momento, o IPEA está fazendo estudos na Bacia do Paraíba do Sul,
176 junto aos usuários, com o intuito de pesquisar o atingimento dos objetivos da Cobrança. O Sr.
177 Demetrios, respondendo àqueles que lhe antecederam, assim se pronunciou: - A proposta de
178 resolução preparada pela CTCOB que estabelece os Critérios para a Cobrança foi vista por ele
179 e atende em parte ao que se pretende. – Acha que a cobrança é o único instrumento que não
180 precisa ser implantado em situações onde não há poluição, ela deve ser transitória e regressiva.-
181 Sugeriu que os planos de Bacia deveriam vir à CTCOB, se no seu conteúdo não forem
182 previstos o atendimento às pré condições à cobrança, seria exigido o “Marco Zero”. O Sr.
183 Eduardo Paschoalotti informou que no Estado de São Paulo, como havia mostrado o Sr.
184 Demetrios, existe de fato um processo que antecede a elaboração do Plano de Bacia, é o
185 chamado Relatório Zero. Neste momento, iniciaram-se as sugestões de encaminhamento. A
186 Sra. Patrícia propôs o seguinte: 1- Usar o TDR Marco Zero proposto com a adequação das
187 sugestões enviadas por ela. 2- Preparar proposta de resolução ao CNRH visando os comitês em
188 fase de implantação da cobrança, fruto da fusão dos produtos dos GTs “Marco Zero” e
189 “Indicadores da Cobrança”. 3- Como última sugestão recomendou a elaboração por parte da
190 CTCOB de um Sumário Executivo das realizações da CTCOB a ser encaminhado e
191 apresentado aos Conselheiros. Outros membros da CTCOB concordaram com a fusão dos
192 produtos ou resultados dos dois GTs, como proposto. O Presidente da CTCOB finalmente
193 perguntou ao Sr. Demetrios se concordava com aquele procedimento, adequando ao TDR
194 proposto as sugestões da Conselheira Patrícia, encerrando os trabalhos do GT e enviando o
195 produto final para o GT Indicadores da Cobrança. O Sr. Demetrios concordou com a proposta
196 feita. Em seguida, o Coordenador do GT Indicadores da Cobrança fez breve relato sobre o
197 andamento do trabalho do GT. Comentou sobre o TDR elaborado para contratar consultor para
198 proceder os estudos necessários e as dificuldades para concretização da contratação. Concorda
199 com as sugestões elencadas anteriormente de aproveitar o produto do GT “Marco Zero” e com
200 a solicitação de apoio à SRH e ANA para contratação de consultor. Após ponderações

relatadas, foi este o encaminhamento final. O GT “TDR Marco Zero” coordenado pelo Sr. Demétrios encerrou suas atividades. Ao TDR existente deverão ser incorporadas, pelo Coordenador, as sugestões enviadas pela Sra. Patrícia Boson. Até 10 de fevereiro, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhará à ANA e SRH ofício preparado pelo GT Indicadores, anexando os documentos TDR citado anteriormente e outro documento pertinente preparado pelo Sr. Patrick da ANA. No ofício deverá conter solicitação para contratação de consultor para concluir proposta de Indicadores para a Cobrança, tendo como referência os documentos citados e os TDRs para Elaboração do Marco Zero Pró Água Semi Árido. Posteriormente, o GT deverá conduzir o processo de acompanhamento dos trabalhos do Consultor, se contratado for, ao final do ano de 2005, seria preparada inicialmente pelo GT proposta de resolução a ser encaminhada à plenária do CNRH. *Item 5 A GT Convergência da Cobrança/Pacto Federativo:* Ao final da manhã do dia 27, o Sr. Rodrigo Speziali iniciou seu relato sobre o andamento dos trabalhos do GT, proferindo em seguida, palestra há muito tempo agendada (anexo 2). Na parte da tarde do dia 27, iniciaram-se os debates sobre a realização e o programa da oficina “Pacto Federativo e a Convergência da Cobrança pelo uso do Recursos Hídricos”. Sobre a época e local, ficou definido que a oficina será realizada no mês de março em Brasília, possivelmente durante a semana da água. Sobre o conteúdo programático, foi apresentada a última versão para um dia de oficina, como definido em reunião anterior, proposta preparada pela Conselheira Patrícia Bóson. Analisando proposta de programa, o Sr. Décio disse que tem posições mais incisivas a respeito do tema, principalmente após participação em Seminário sobre Licenciamento Ambiental e Artigo 23 da Constituição Federal. O material do seminário pode ser consultado no endereço http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=23&id_conteudo=1659. Em função deste evento, para que a programação não seja repetitiva, sugeri que a oficina deve ser centrada nas questões e problemas hoje existentes na Gestão dos Recursos Hídricos da bacia do Rio Paraíba do Sul, onde existe instituído o Comitê da Bacia- CEIVAP. Sugere o envolvimento dos procuradores dos três Estados, MG, SP, RJ. Recomendou que fosse objeto da oficina uma discussão sobre dois PLs em discussão no Congresso de autoria dos deputados Sarney Filho e Ronaldo Vasconcelos. Acredita que deva haver forte articulação institucional para conviver com o problema até que se regule o artigo 23 da constituição. Continuando as discussões sobre o programa da oficina, o Sr. Pedro Pociotti opinou que as ementas dos temas a serem abordados devem ser muito bem elaboradas para evitar divagações por parte dos expositores. A Sra. Elizabeth, concordando com o que foi dito, complementou que seria fundamental definir-se primeiro qual a proposta da oficina, levando-se em conta inclusive, a interpretação histórica da Constituição. Sugeriu que na medida do possível, fosse evitado o excesso de discussões teóricas, porque as mesmas poderiam não ser convergentes. A Sra. Patrícia concordou que a reforma tributária em andamento não deveria ser discutida nesta oficina, mas poderá vir a ser discutida em outra oportunidade, como uma das alternativas para tentar minimizar os efeitos do contingenciamento sobre os recursos da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos. A Sra. Elizabeth ponderou ainda que o objetivo da oficina deveria ser o de permitir que os participantes fossem devidamente esclarecidos sobre os problemas e que as palestras fossem conclusivas. Finalizando, sobre o GT - Convergência da Cobrança/Pacto Federativo - foi discutido e aprovado novo enfoque para o programa da oficina a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2005, preferencialmente quando da semana da água. A Sra. Patrícia ficou encarregada de preparar uma nova versão do programa a ser discutido na próxima reunião da CTCOB em Fevereiro. O item 5. E da pauta, não foi apresentado. *Item 6 Agenda de Atividade da CTCOB 2005*, foi discutido, foram apresentadas sugestões que serão analisadas e aprovadas na próxima reunião da CTCOB. Ao final da reunião do GTAAC, o presidente da CTCOB e coordenador do GT agradeceu a presença de todos os membros e convidados. A reunião foi encerrada às 16h30min do dia 27/01/05.

251
252 Ata aprovada na 31.^a reunião da CTCOB dia 17/02/05
253

254

255

256

257

Decio Michellis Júnior
Presidente da CTCOB

258

259

260

261

Ednaldo Mesquita Carvalho
Relator da CTCOB

262

263

264

265

266

267